

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 895.158**  
**DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. GILMAR MENDES</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: MÁRCIA SELMA RODRIGUES ALCÂNTARA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOELSON DIAS E OUTRO(A/S)</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: ESTADO DE MINAS GERAIS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b>

Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Impossibilidade de reexame do conjunto fático-probatório e da interpretação da legislação local. Enunciados 279 e 280 da Súmula do STF. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*

**29/09/2015**

**SEGUNDA TURMA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 895.158**

**DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. GILMAR MENDES</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: MÁRCIA SELMA RODRIGUES ALCÂNTARA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOELSON DIAS E OUTRO(A/S)</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: ESTADO DE MINAS GERAIS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b>

## **RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** Trata-se de agravo regimental em recurso extraordinário com agravo contra decisão monocrática que negou seguimento a recurso, com fundamento nos enunciados 279 e 280 da Súmula do STF.

No agravo regimental, sustenta-se, em síntese, que não há necessidade de análise da legislação local ou dos fatos e provas para provimento do recurso. Alega-se, ainda, que a ofensa à Constituição Federal é direta, não meramente reflexa.

Por fim, requer-se a reconsideração da decisão agravada ou o provimento do agravo regimental para que seja reformada a decisão recorrida e, admitido o recurso extraordinário, a ele seja dado provimento.

É o relatório.

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 895.158

DISTRITO FEDERAL

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** No agravo regimental, não ficou demonstrado o desacerto da decisão agravada.

Na espécie, o Tribunal *a quo* decidiu que a Lei 16.645/2007, posterior à 13.647/2000, ambas do Estado de Minas Gerais, estabeleceu em relação a esta disposições especiais, mas não a declarou revogada, nem é com ela incompatível, já que não regulou inteiramente a matéria. Assim, entendeu o Tribunal que subsiste o dispositivo presente no art. 2º, § 3º, da Lei 13.647/2000 que condicionou a promoção vertical à existência de novas vagas. Aquele Tribunal ressaltou, ainda, que a Lei 16.645/2007 não instituiu novo plano de carreira, mas dispôs, apenas, sobre o quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Ademais, o TJMG asseverou que o arcabouço normativo estadual que disciplina a matéria está em consonância com o disposto na LC federal 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) ao estabelecer que o posicionamento dos servidores, incluída a promoção vertical, deve observar a repercussão financeira e a disponibilidade orçamentária.

Assim, verifica-se que a matéria debatida restringe-se ao âmbito da legislação local e ao contexto fático-probatório dos autos, de modo que ofensa à Constituição, se existente, seria reflexa ou indireta, o que inviabiliza o processamento do presente recurso.

Incidem, portanto, os enunciados 279 e 280 do STF.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 895.158**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**

AGTE.(S) : MÁRCIA SELMA RODRIGUES ALCÂNTARA

ADV.(A/S) : JOELSON DIAS E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : ESTADO DE MINAS GERAIS

PROC.(A/S) (ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, **negou** provimento ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 29.09.2015.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli, em face da participação no III Congresso Internacional da Advocacia Estatal, Local e Federal, promovido pela Procuradoria-Geral da Cidade de Buenos Aires e realizado na Argentina.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira  
Secretária